

**PROGRAMA DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS  
COM INCLUSÃO SOCIAL**

**RELATÓRIO**

**FINAL**

(outubro de 2017 a junho de 2019)

Brasília, outubro de 2019

## SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.....	3
2. INTRODUÇÃO .....	4
3. ANÁLISE DO PROGRESSO DOS PRODUTOS ESPERADOS POR RESULTADOS NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2017 A JUNHO DE 2019 .....	12
4. AVALIAÇÃO GERAL – RESULTADOS DO PROJETO .....	27
5. CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO PARA O PROGRAMA DO PNUD PARA O BRASIL.....	28
6. SEGUIMENTO DE RECOMENDAÇÕES ANTERIORES SOBRE O PROJETO .....	32
7. INSUMOS MOBILIZADOS E PRODUTOS DO PROJETO NO PERÍODO.....	33
8. EXECUÇÃO FINANCEIRA 2017/2018/2019 – PERÍODO REFERENTE DO RELATÓRIO DE 2017 A 2019.....	47
9. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PROJETO – 2012-2019.....	47
10. PRÓXIMOS PASSOS E CONCLUSÕES.....	48

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Sigla e Título do Projeto:	PNUD BRA/11/021 – "Pagamento por Serviços Ambientais com Inclusão Social"
Agência Executora Nacional:	Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR
Áreas geográficas beneficiadas:	Todo o território nacional
Endereço/Telefone/Fax da Agência Executora Nacional:	Esplanada dos Ministérios, bloco B, 7º andar, Brasília/DF (61) 2028-1091 e 2028-1090
Início do Projeto:	02/01/2012
Duração do Projeto:	02/01/2012 a 30/06/2019
Período coberto pelo Relatório:	01/10/2017 a 30/06/2019
Orçamento do Projeto:	Contribuição da Fonte Externa.....: US\$ 0,00 Contrapartida financeira Nacional.....: U\$ Contrapartida nacional de insumos.....: US\$ 1.851.983,06 Contribuição da Fonte Externa em insumos.....: US\$ 0,00 Orçamento Total do Projeto.....: U\$ 1.851.983,06
Local e data do relatório: Brasília-DF, outubro de 2019	

## 2. INTRODUÇÃO

O “Programa de Pagamento por Serviços Ambientais com Inclusão Social”, Projeto PNUD BRA/011/021, tem como principal objetivo incentivar o desenvolvimento ambientalmente sustentável com inclusão social. Tal objetivo teve ampla conexão com o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – “Bolsa Verde”, instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que tem como finalidades: a) incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida esta como sua manutenção e uso sustentável; b) promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural; e c) incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social educacional, técnica e profissional.

Vale destacar que o Programa Bolsa Verde, desde a sua criação em 2011 até final de 2014, teve seus esforços focados na estruturação básica do programa, de modo a garantir o funcionamento de seu mecanismo de transferência de renda com condicionalidade ambiental, previsto desde sua concepção. Assim, suas ações tiveram foco na identificação de famílias e áreas aptas, segundo as condicionalidades sociais e ambientais, e em sua inclusão no Programa, por meio da assinatura de termo de adesão ao Bolsa Verde pela família e da indicação destas famílias pelo MMA à Caixa Econômica Federal (CEF), operador financeiro do Programa, para pagamento do benefício de R\$ 300 (trezentos reais) trimestrais. Para tanto, fez-se necessário estruturar um amplo arranjo institucional, envolvendo ministérios e autarquias gestoras das áreas inseridas no Programa, mutirões e diversas ações pontuais de campo, o monitoramento ambiental regular e anual destas áreas, um sistema de informações robusto que pudesse abarcar todos os principais dados das famílias, áreas, incluindo a gestão dos benefícios e monitoramento ambiental regular, bem como um monitoramento amostral, que proporcionasse desde o início um mecanismo de avaliação e acompanhamento do impacto do Programa em relação a seus objetivos.

O Programa Bolsa Verde atendeu 944 áreas entre unidades de conservação, projetos de assentamento e áreas com uso concedido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), sendo: 72 unidades de conservação, 872 assentamentos, e 77.577 (setenta e sete mil, quinhentos e setenta e sete) famílias beneficiadas. Desse total, mais de 75% dos beneficiários estão localizados na Amazônia Legal, uma das regiões de maior biodiversidade do planeta, mas que

apresenta os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Ademais, o Programa promoveu a conservação de, aproximadamente, 28,8 milhões de hectares (27 milhões só na região amazônica).

Entre os anos de 2016 e 2017, mais de 20 mil famílias deixaram o Bolsa Verde por elevação de renda; no entanto, ainda restaram mais de 50.000 mil famílias identificadas e cadastradas nas áreas atendidas que aguardavam para ingressarem no Programa. Ainda assim, pode-se dizer que o Programa contribuiu como principal condicionante a realização de atividades de conservação ambiental pelos seus beneficiários.

Vale destacar que as famílias deveriam ainda atender alguns critérios como, por exemplo, se encontrar em situação de extrema pobreza, ou seja, ter uma renda mensal *per capita* de 85 reais; estar registrado no Cadastro Único para Programas Sociais (CAD Único); e participar do Programa Bolsa Família.

O Projeto BRA/11/021, a partir da assinatura do Documento de Projeto, em 15 de dezembro de 2011, teve sua vigência até 31 de dezembro de 2015, orçamento de US\$ 2.142.903,23 (dois milhões, cento e quarenta e dois mil, novecentos e três dólares e vinte e três centavos) e o objetivo geral de incentivar o desenvolvimento ambientalmente sustentável com inclusão social.

Em 2015, visando fortalecer esses componentes, foi então realizada a primeira revisão substantiva do projeto, com os objetivos de prorrogar a vigência do projeto até 31 de dezembro de 2017; aumentar o orçamento do projeto em US\$ 459.105,87; readequar a matriz lógica com a inclusão e exclusão de produtos; ajustar o cronograma de execução com a elaboração de planos de trabalho para os anos de 2016 e 2017 e atualizar a estratégia de implementação, de forma a contemplar a previsão de estabelecimento de carta de acordo com pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, organizações da sociedade civil e universidades públicas. Assim, o orçamento do Projeto passou a totalizar US\$ 2.602.009,10.

A revisão incluiu, ainda, um estudo sobre a dinâmica da utilização da terra nas UCs de uso sustentável, de forma a compreender as causas que levam ao desmatamento nessas áreas. Buscou-se também reforçar os mecanismos de monitoramento – incluindo o apoio na elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação beneficiadas, de forma participativa – e dar um foco maior à inclusão produtiva ao prever capacitações de liderança usos, jovens e gestores das áreas.

Além disso, o documento apresentou um aprofundamento de ações voltadas à inclusão produtiva das famílias beneficiárias do Programa, explicitadas em especial no *“Resultado 3 – ‘Estratégia de inclusão produtiva sustentável em Programa de PSA com inclusão social formulada, implementada e avaliada’”*, em que se propõe a realização de estudos que deram subsídios para a qualificação do programa de Pagamento de Serviços Ambientais (PSA).

Os estudos foram realizados em três linhas distintas. A primeira delas visa realizar um diagnóstico da composição da renda de famílias de áreas atendidas por Programas de PSA, como extrativistas, ribeirinhos e pequenos agricultores de diferentes regiões do país. Esse estudo permitiu identificar as cadeias produtivas de maior relevância econômica para os beneficiários, possibilitando a tomada de decisões em relação ao direcionamento de políticas de conservação e apoio à produção.

Outro estudo que se alinha com a proposta de melhoria da política visa ao aprofundamento dos vínculos entre os benefícios concedidos e o papel dos povos e comunidades tradicionais na conservação dos recursos naturais. Além disso, buscando fortalecer o papel do Bolsa Verde como instrumento de promoção da conservação, um outro estudo proposto visa identificar iniciativas de conservação de base comunitária em unidades de conservação e projetos de assentamento.

A médio prazo, a capacitação de lideranças de organizações de representação dos beneficiários e gestores públicos que atuavam localmente visou garantir a eficácia na implementação da política. A longo prazo, as propostas de capacitação de jovens lideranças e o delineamento de um programa de educação contextualizado a realidade do público-alvo do programa criaram um lastro que garantiu a manutenção dos impactos da política na melhoria da qualidade de vida das famílias de áreas estratégicas para a conservação da natureza.

No âmbito do *“Resultado 2: ‘Monitoramento de programa de PSA com inclusão social definido, implantado e sistematizado’”*, a primeira Revisão Substantiva (2015-2017) deu um passo à frente na implementação do monitoramento ambiental do Programa Bolsa Verde, por meio da inclusão de novo produto, meta e atividades voltadas ao estabelecimento de uma estratégia nacional para mitigação das causas que levam à redução da perda da cobertura vegetal em unidades de conservação e projetos de assentamento agroextrativista inseridos no Programa.

Quanto ao *“Resultado 1 – ‘Estratégia de aplicação de instrumentos econômicos que possibilitem o crescimento verde definida’”*, avaliou-se com a primeira Revisão Substantiva

(2015-2017) que os produtos, metas e atividades já se encontravam em plena realização no âmbito de outros projetos em curso no Ministério do Meio Ambiente, razão pela qual houve a exclusão deste Resultado, naquele momento.

No ano de 2016, o projeto ainda não demonstrava avanços significativos na sua execução, mas construía ao longo do ano as articulações, termos de referência e procedimentos que resultariam em significativo avanço em sua execução em 2017. A exclusão do Resultado 1 foi um dos destaques da primeira revisão substantiva.

Em outubro de 2017, deu início a revisão simplificada 2018, assinada em dezembro de 2017, com o objetivo de prorrogar a data de vigência do projeto até 30 de junho de 2018, resultando em mais seis meses de execução. Naquele momento, o projeto concluiu que a lógica de introdução de mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) associados à agenda de inclusão social, dentro do Programa Bolsa Verde, foi se constituindo em um processo mais complexo do que o originalmente previsto. A proposta de readequação do Programa Bolsa Verde (PBV), aproximando-o progressivamente dos mecanismos de PSA, demandou, de um lado, o reforço ao vínculo ambiental da estratégia de execução do programa e, de outro, maior investimento no engajamento das famílias beneficiárias nas ações de conservação ambiental.

Adicionalmente, o Programa Bolsa Verde sofreu em 2017 com severas restrições, em termos de disponibilização de recursos orçamentários/financeiros para sua manutenção nos moldes até então, à época, desenhados, tendo sido reformulado em 2018 para se adequar à nova realidade do País.

A conjugação do Bolsa Verde com outras políticas públicas contribuiu para que, em 2016 e 2017, cerca de 25 mil famílias de beneficiários de unidades de conservação e projetos de assentamento deixassem o Programa por elevação de renda. Contudo, com a implementação do novo regime fiscal, pelo então Ministério do Planejamento (MP), em 2017, o orçamento do programa passou por gradual redução, o que limitou a inclusão de novas famílias e acabou por causar a interrupção das transferências de recursos para os beneficiários. Apesar da suspensão das transferências, outras políticas relacionadas a geração de bem-estar das famílias e de apoio à conservação dos recursos naturais continuaram sendo direcionadas para atender às famílias e áreas inscritas no Programa Bolsa Verde.

Dada a Emenda Constitucional nº 95, aprovada em dezembro de 2016, a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 55/2016 limitou a expansão dos gastos públicos pelos próximos 20 anos, razão pela qual enfrentamos dificuldades reais de obtenção de recursos no âmbito do

Orçamento-Geral da União, até então fonte única e exclusiva do Programa Bolsa Verde. Isso se agravou com a decisão governamental de descontinuidade da linha orçamentária, em dezembro de 2017, que açambarcava os recursos do PBV, o que limitou a inclusão de novas famílias e suspendeu as transferências para os beneficiários, resultando na suspensão do Programa PBV, a partir do final de 2017.

A segunda Revisão Substantiva (2018-2019) do projeto foi realizada em junho de 2018. Nesse ano, com a proximidade do prazo final do projeto BRA11/021, avaliou-se que o Programa necessitava avançar na realização de estudos que possibilitassem identificar aspectos fundamentais para a qualificação do Programa de PSA; na capacitação de beneficiários; e na promoção do fortalecimento da capacidade das lideranças de participar em espaços de governança e influenciar no alinhamento entre Programas de PSA e outras políticas para a conservação e geração de bem-estar dos beneficiários.

A segunda revisão substantiva (2018-2019) apresentou uma proposta, no *“Resultado 3 – ‘Estratégia de inclusão produtiva sustentável em Programa de PSA com inclusão social formulada, implementada e avaliada’*”, cuja manutenção das capacitações direcionadas a lideranças de áreas atendidas pelo Programa Bolsa Verde em inclusão produtiva, gestão territorial e ambiental, seria como forma de garantir a adoção de práticas sustentáveis e a melhoria da renda de famílias das áreas potencialmente atendidas por Programas de PSA.

O *“Resultado 4 – Gestão eficiente do projeto”* visa à promoção da gestão eficiente do projeto e, além de ter promovido a capacitação dos servidores da Secretaria, em gestão de projetos, propôs a inclusão de um produto visando à difusão dos resultados, lições aprendidas e à promoção da troca de experiência entre o Bolsa Verde e outros programas de pagamento por serviços ambientais nacionais e de outros países. Em alinhamento com uma possível proposta de redesenho do Programa Bolsa Verde, essa atividade constitui terreno fértil, uma vez que possibilita não somente a incorporação de elementos de outras políticas constituídas em contextos distintos, mas também permite lançar um olhar crítico sobre a experiência acumulada durante os sete últimos anos de implementação do Programa Bolsa Verde.

No âmbito do *“Resultado 5 – ‘Espaços de governança e alinhamento de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais de áreas potenciais para adoção de PSA fortalecido’*”, sendo um resultado novo, em que sua inclusão fez parte dos objetivos da segunda revisão substantiva (2018-2019), que contribuiria para ampliar a participação de alguns fóruns que



debatem políticas públicas dirigidas aos Povos e Comunidades Tradicionais, já anteriormente implementados e identificados, por meio da realização de oficinas para identificar esses espaços, fazer um diagnóstico da participação desses grupos e estabelecer um plano de ação para inserir representações de povos e comunidades tradicionais nos espaços de governança.

Uma questão relacionada à participação em espaços de governança, contudo, é a assimetria de poder e informação entre agentes de governo e representantes da sociedade civil. Para isso, são necessárias condições de deslocamento e participação, elemento indispensável para participação desses atores. Enfim, os desafios do projeto, frente aos territórios e aos grupos potenciais para Projetos de Pagamento de Serviços Ambientais/PSA, foram o de fomentar maior participação e maior controle social na edificação de novos arranjos institucionais para Projetos de PSA.

A segunda revisão substantiva (2018-2019) foi proposta para: a) estender o prazo de vigência do projeto BRA/11/021 em mais 1 ano, com final em 30 de junho de 2019; b) reduzir o orçamento do Projeto em U\$ 750.026,04 (setecentos e cinquenta mil, vinte e seis dólares e quatro centavos), passando de U\$ 2.602.009,10 para U\$ 1.851.983,06; c) adequar a Matriz Lógica por meio de: (i) exclusão dos produtos 3.8, e 4.2 e (ii) inclusão do resultado 5 (ACTIVITY 5), produto 5.1; d) ajustar o plano de trabalho de forma a contemplar os anos de 2018 e 2019.

Considerando o período final do projeto/2018-2019, refletido na segunda revisão substantiva, a execução ficou no âmbito dos resultados 3 e 5, sendo que o Resultado 1 havia sido excluído na primeira revisão substantiva (2015-2017), em que o projeto, naquele momento, avaliou que os produtos, metas e atividades já se encontravam em plena realização no âmbito de outros projetos em curso no Ministério do Meio Ambiente; o Resultado 2 já havia avançado significativamente seus produtos, ainda no final da primeira revisão substantiva (2015-2017), restando apenas para o período subsequente os produtos que tratavam do resultado do Programa de PSA com inclusão social e, ainda, seu monitoramento, tendo sido concluído no final de 2017, com resultados especialmente em estudos com foco no Programa Bolsa Verde, em que considerou as 69 (sessenta e nove) Unidades de Conservação e os 375 (trezentos e setenta e cinco) assentamentos na Amazônia, atendidos pelo Programa.

Já o Resultado 3, como estratégia de inclusão produtiva sustentável, em Programa de PSA, contratou instituições e consultores individuais, que qualificaram o Programa por meio de estudos, como exemplo, a potencialidade socioeconômica na RESEX de Canavieiras (BA), com

ênfase nas lideranças femininas das comunidades locais; estudos para avaliarem a efetividade ambiental e social do Programa Bolsa Verde; e propostas de meios para melhorá-lo, a partir de diferentes arranjos de pagamentos e benefícios, aproximando-o tanto quanto possível dos incentivos por serviços ambientais e, por fim, estudos que permitiram conhecer a relevância do extrativismo na composição de renda das famílias beneficiárias de PSA.

O Resultado 5, inserido na segunda revisão substantiva (2018-2019), previu a realização de atividades formativas para lideranças de áreas atendidas pelo Programa de PSA e a promoção da sua participação em espaços de governança e de proposição, elaboração e monitoramento de políticas públicas que tenham interface com o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

As contratações previstas para esse resultado não foram realizadas. Uma delas, a contratação de consultoria pessoa jurídica para *“capacitar lideranças de povos e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas em temas relacionados a PSA, visando a qualificação da participação em espaços de governança e fóruns de discussão de políticas públicas”* (produto 5.1, atividades 5.1.1 e 5.1.3) foi iniciada, com a publicação do edital no Portal de Requisições/JOF/PNUD, em novembro de 2018, e quatro instituições manifestaram interesse, porém, o processo de seleção, que aconteceria no final de 2018, foi suspenso para aguardar as novas orientações do governo eleito.

Assim, as atividades que retornariam em janeiro de 2019, sob gestão de novo governo, com a possível descontinuidade da agenda que implicaria na mudança de gestão do Ministério, especialmente da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (MMA/SEDR), responsável pela execução das ações decorrentes do PRODOC, não prosseguiram.

Ainda no âmbito do Resultado 5, a previsão de proporcionar a participação de lideranças em espaços de governança e monitoramento de políticas públicas que tenham interface com o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais fez com que os gestores do projeto, à época, apoiassem no final de 2018, o Encontro da Juventude Extrativista, o Seminário de Extrativismo Costeiro e Marinho e, ainda em dezembro de 2018, o Encontro de Extrativistas de Xapuri/AC, em que a execução desse resultado foi expressivo pela realização de processos de viagens.

Em 2019, devido à alteração na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, conforme Decreto nº 9.672, de 2 de janeiro de 2019, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (MMA/SEDR), responsável pela execução das ações decorrentes do PRODOC, foi extinta e, como consequência, o projeto suspendeu sua execução a partir da exoneração do diretor/coordenador, conforme Portaria nº 56, de 31 de fevereiro de 2019, não tendo tido novas nomeações, por entendimento da atual gestão de que não haveria sequência ou mesmo prorrogação da vigência do projeto, por não inserção do objetivo do projeto na atual política ambiental do Ministério e, principalmente, pela restrição orçamentária, em dezembro de 2017.

### 3. ANÁLISE DO PROGRESSO DOS PRODUTOS ESPERADOS POR RESULTADOS NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2017 A JUNHO DE 2019

(Conforme Matriz Lógica atualizada pela revisão substantiva do Programa realizada em 2015 e 2018)

<b>RESULTADO 1.</b>	<b>Estratégia de aplicação de instrumentos econômicos que possibilitem o crescimento verde definida.</b>	
<b>INDICADORES DO RESULTADO 1.</b>	(i) Estudo analítico dos mecanismos existentes; (ii) Estudo contemplando os principais exemplos mundiais de utilização de instrumentos econômicos para o desenvolvimento de uma economia verde; (iii) Proposta de adoção de instrumentos econômicos para o desenvolvimento de programas de pagamentos para serviços ambientais.	
<b>PRODUTO 1.1.</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES INDICATIVAS</b>
Levantamento dos instrumentos econômicos existentes	Cancelado	1.1.1 Realizar estudo contendo: identificação, diagnóstico e análise de instrumentos econômicos aplicáveis para o desenvolvimento verde.
<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 1.1.</b>	Levantamento não realizado. Este produto foi retirado da proposta da 1ª Revisão Substantiva (2015-2017). O Ministério do Meio Ambiente, por ação do Departamento de Produção e Consumo Sustentável (DPCS/SAIC), por meio de recursos próprios, realizou um estudo comparativo de 15 (quinze) instrumentos econômicos, todos com foco ambiental (Pagamento por Serviços Ambientais – PSA), executados nas esferas nacional, estadual e municipal, em todo o país. O Projeto BRA/11/021 foi um dos 15 (quinze) instrumentos econômicos estudados.	
<b>PRODUTO 1.2.</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES INDICATIVAS</b>
Levantamento da experiência internacional relevante	Cancelado	1.2.1 Realizar levantamento comentado de experiências internacionais de utilização de instrumentos econômicos para a realização de políticas públicas, direcionadas ao pagamento de serviços ambientais, enfatizando sua aplicabilidade para o caso brasileiro.

<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 1.2.</b>	Levantamento não realizado. Quando da realização de Seminário Internacional, em 2013, foram levantados dados referentes a programas de pagamentos por serviços ambientais. O Projeto BRA 011/021, inclusive, custeou parte dos deslocamentos de participantes de outros países (Bolívia, Equador), mas este levantamento não foi consolidado em um documento ou estudo referenciado que possa ser descrito como produto.	
<b>PRODUTO 1.3.</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES INDICATIVAS</b>
Sugestão de Instrumentos aplicáveis a Programas de PSA com Inclusão Social	Cancelado	1.3.1 Realizar proposta de estratégia de adoção de instrumentos econômicos para aplicação em programa de pagamentos por serviços ambientais brasileiro. 1.3.2 Realizar seminário para apresentação e validação dos resultados preliminares. 1.3.3 Realizar seminário para apresentação e divulgação da estratégia de aplicação de instrumentos econômicos.
<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 1.3.</b>	Levantamento não realizado. Este produto foi excluído na proposta da 1ª Revisão Substantiva (2015-2017).	
<b>RESULTADO 2.</b>	<b>Monitoramento de Programa de PSA com inclusão social definido, implantado e sistematizado.</b>	
<b>INDICADORES DO RESULTADO 2.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Elaboração e teste da metodologia de monitoramento no primeiro ano do projeto. Seis oficinas regionais com beneficiários do programa Bolsa Verde realizadas.</li> <li>(ii) Realização de, pelo menos, dois eventos por ano de capacitação e avaliação da aplicação da metodologia aos agentes implantadores do monitoramento em campo.</li> <li>(iii) Elaborar, pelo menos, 4 relatórios com resultado do monitoramento.</li> <li>(iv) Publicar, pelo menos, 4 relatórios de monitoramento e elaboração de, pelo menos, 2 vídeos de divulgação do programa.</li> <li>(v) Elaboração de estratégia nacional para mitigação das causas que levam à redução da perda da cobertura vegetal em unidades de conservação e nos projetos de assentamento agroextrativista inseridos no programa.</li> </ul>	

<b>PRODUTO 2.1.</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES INDICATIVAS</b>
Metodologia de monitoramento de política de PSA com Inclusão Social	Concluído	2.1.1 Elaborar metodologia de monitoramento, incluindo estratégia de implantação e sistematização dos resultados com a definição de indicadores sociais e ambientais de avaliação de desempenho do Programa. 2.1.2 Realizar testes de aplicação da metodologia.
<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 2.1.</b>		As duas atividades indicativas de evolução do produto foram realizadas por meio do contrato BRA 10-24017/2013, executado pela FAPUR (Fundação de Apoio Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), teve como objetivo elaborar proposta metodológica do monitoramento ambiental de conservação ambiental em unidades territoriais onde existissem famílias beneficiadas pelo Bolsa Verde. Este contrato não só serviu para elaborar a metodologia de monitoramento ambiental como, também, viabilizou a realização da aplicação dos testes da própria metodologia que foi implantada com êxito e, atualmente, já está no segundo ciclo de sua implantação, sendo executada através de um TED – Termo de Execução Descentralizada, com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que o executa em parceria com a <i>Conservation Internacional</i> .
<b>PRODUTO 2.2.</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES INDICATIVAS</b>
Capacitação acerca da metodologia para agentes implantadores do monitoramento em campo	Concluído	2.2.2 Realizar capacitação acerca da metodologia para agentes implantadores do monitoramento em campo.
<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 2.2.</b>		Capacitação realizada com recursos orçamentários do Ministério do Meio Ambiente, com apoio científico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, através de instrumento próprio, um Termo de Execução Descentralizada – TED, firmado entre a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente, e aquela Universidade (UFRRJ), como atividade preparatória para a ida a campo, quando da execução do primeiro ciclo do monitoramento amostral. Atualmente, o Monitoramento Amostral já está em seu segundo ciclo anual de execução, sendo realizado, também, por um Termo de Execução Descentralizada – TED, financiado com recursos orçamentários do Ministério do Meio Ambiente e executado em parceria com a própria Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

<b>PRODUTO 2.3.</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES INDICATIVAS</b>
Resultados do monitoramento de Programa de PSA com Inclusão Social	Concluído	<p>2.3.1 Sistematizar, analisar e avaliar os resultados e impactos colhidos, apontando soluções de aprimoramento do Programa, com periodicidade anual.</p> <p>2.3.2 Elaborar e publicar material de comunicação sobre Programa, contendo resultados alcançados.</p>
<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 2.3.</b>	<p>O monitoramento ambiental (orbital) das imagens de satélites foram realizadas, inclusive com a participação de 05 (cinco) consultores contratados pelo Projeto. Também houve 02 (dois) contratos de consultoria que viabilizaram a avaliação e sistematização dos trabalhos do Programa “Bolsa Verde”, permitindo que seja possível avançar sobre os pontos ainda não atacados pelo Programa e realizar o aperfeiçoamento decorrente de um processo de amadurecimento. Houve elaboração de publicação de material, tanto gráfico quanto em audiovisual, de comunicação sobre o Programa, mas, com apoio de recursos da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ) e tendo sido utilizado para fazer divulgação entre os beneficiários, a sociedade civil e agentes públicos. Um outro contrato de consultoria viabilizou a produção de materiais de e divulgação em língua inglesa.</p>	
<b>PRODUTO 2.5.</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES INDICATIVAS</b>
Estratégia de ação para a mitigação das causas que levam a perda da cobertura vegetal nas UCs e nos projetos de assentamentos da reforma agrária inseridos no Programa	Concluído	<p>2.5.1 Realizar diagnóstico, com a realização de oficinas regionais, da dinâmica de uso da terra em unidades de conservação de uso sustentável e projetos de assentamento agroextrativistas inseridos no Programa, com vistas a identificar as causas que levam a perda da cobertura vegetal.</p> <p>2.5.2 Elaborar estratégia nacional para enfrentamento das causas identificadas.</p> <p>2.5.3 Realizar um seminário nacional para troca de experiências e divulgação de resultados do diagnóstico e validação da estratégia nacional para mitigação da perda da cobertura vegetal em unidades de conservação e projetos de assentamento agroextrativista.</p>
<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 2.5.</b>	<p>Com base em metodologia já desenvolvida e estudos já realizados para os assentamentos da Amazônia, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) foi contratado para realizar o estudo com foco no Programa Bolsa Verde, considerando as 69 Unidades de Conservação e os 375 assentamentos na Amazônia, atendidos pelo Programa. Os objetivos do contrato foram: a) mapear a dinâmica de desmatamento nas 69 UCs, de forma a analisar, entender a dinâmica e identificar os principais vetores de conversão da cobertura florestal nestas áreas; b) atualizar e analisar os dados de desmatamento nos 375 assentamentos localizados na Amazônia, beneficiários do Programa; e c) propor estratégia para</p>	

	<p>mitigação das causas que levam à perda da cobertura vegetal nas unidades de conservação e assentamentos da reforma agrária validada em seminário junto a atores estratégicos do Programa. Embora a contratação tenha se dado na modalidade de contratação direta, o indispensável alinhamento de entendimentos e de procedimentos entre as equipes técnicas do PNUD e MMA ensejaram a realização de diversas reuniões para esclarecimentos e orientações entre as duas equipes, comprometendo o calendário inicial de execução das ações exigindo, portanto, sucessivas revisões no cronograma de execução. O Seminário Nacional para apresentação dos resultados e coleta de contribuições foi realizado em 21 de novembro de 2017.</p>
<b>RESULTADO 3.</b>	<b>Estratégia de inclusão produtiva sustentável em Programa de PSA com inclusão social formulada, implementada e avaliada.</b>
<b>INDICADORES DO RESULTADO 3.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Realizar diagnóstico de políticas públicas de inclusão produtiva sustentável incidentes nos territórios de abrangência do Programa.</li> <li>(ii) Realizar diagnóstico de potencialidades de atividades produtivas sustentáveis nos territórios de abrangência do programa.</li> <li>(iii) Realizar proposta de estratégia de inclusão produtiva sustentável complementar ao programa de PSA com inclusão social brasileiro.</li> <li>(iv) Elaborar 11 planos de manejo de unidades de conservação.</li> <li>(v) Capacitar 200 lideranças jovens em desenvolvimento de lideranças em unidades de conservação inseridas em programa de PSA com inclusão social.</li> <li>(vi) Capacitar 80 gestores públicos com atuação nos territórios inseridos em programa de PSA com inclusão social em políticas públicas aderentes ao programa.</li> <li>(vii) Capacitar 120 representantes de organizações produtivas em unidades de conservação inseridas no programa de PSA com inclusão social para acesso a políticas públicas de inclusão produtiva.</li> <li>(viii) Elaboração de proposta de diretrizes nacionais para educação extrativista.</li> <li>(ix) Realizar um estudo analítico da relevância do extrativismo na composição de renda das famílias beneficiárias de programa de PSA com inclusão social.</li> </ul>



PRODUTO 3.2.	SITUAÇÃO	ATIVIDADES INDICATIVAS
<p>Levantamento de potencialidades e oportunidades de inclusão produtiva sustentável nos territórios de abrangência de Programa de PSA com inclusão social</p>	<p>Concluído</p>	<p>3.2.1 Realizar diagnóstico de políticas públicas de inclusão produtiva sustentável incidentes nos territórios de abrangência do Programa de PSA com inclusão social brasileiro.</p> <p>3.2.2 Realizar diagnóstico de potencialidade de atividades produtivas sustentáveis nos territórios de abrangência de Programa de PSA com inclusão social brasileiro, com levantamento de necessidades para alavancar a produção nestes territórios.</p>
<p><b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 3.2.</b></p>	<p>A primeira atividade foi executada por meio do contrato firmado com a Cooperação Brasil – Alemanha para o Desenvolvimento/GIZ com propósito de promover o acesso de produtores de unidades de conservação, projetos de assentamento e outros territórios às políticas institucionais. A GIZ realizou oficinas com beneficiários para levantamento das políticas de compras governamentais acessadas.</p> <p>A segunda contratação foi com a AMEX – Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX de Canavieiras (BA), contratada com o objetivo de levantar informações sobre as potencialidades socioeconômicas da Unidade e realizar capacitações de 100 (cem) lideranças, com ênfase na mulher chefe de família, como estratégia para a inclusão produtiva sustentável. Busca-se envolver lideranças femininas das comunidades, disponibilizando os meios para que sejam protagonistas, e multiplicadoras, no desenvolvimento de atividades extrativistas sustentáveis e na implementação de processos produtivos, conforme a vocação de cada área. A estratégia visa assegurar que as demandas das mulheres sejam diagnosticadas e que seus direitos e sustentabilidade sejam garantidos.</p> <p>A AMEX possui Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Firmado, em 2015, com o ICMBIO, participando, portanto, da gestão da unidade, motivo pelo qual a modalidade escolhida para a contratação foi a contratação direta.</p> <p>A contratação previa a entrega de 4 (quatro) produtos, como se segue: a) Produto 1: Projeto apresentado nas comunidades; b) Produto 2: Diagnóstico Rápido Participativo das Potencialidades Socioeconômicas das Comunidades Extrativistas Pesqueiras, RESEX de Canavieiras (BA); c) Produto 3: Capacitações em Área Beneficiária do Programa Bolsa Verde; e d) Produto 4: I Seminário de Inclusão Produtiva da RESEX de Canavieiras (BA). Todos os produtos foram entregues, conforme previsto no contrato.</p>	

PRODUTO 3.3.	SITUAÇÃO	ATIVIDADES INDICATIVAS
Proposta de Estratégia de inclusão produtiva sustentável em Programa de PSA com inclusão social	Concluído	<p>3.3.1 Realizar proposta de estratégia de inclusão produtiva sustentável complementar ao Programa de PSA com inclusão social brasileiro, considerando o pagamento pelos serviços ecossistêmicos prestados.</p> <p>3.3.3 Realizar seminário para apresentação e divulgação da estratégia de aplicação de instrumentos econômicos.</p>
<p><b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 3.3.</b></p>	<p>Consultoria pessoa física, por produto, para avaliar a efetividade ambiental e social do Programa Bolsa Verde (PBV) e propor meios para melhorá-la, a partir de diferentes arranjos de pagamentos e benefícios, aproximando-o tanto quanto possível dos incentivos por serviços ambientais, bem como para a ampliação do vínculo comunitário, social e organizativo dos beneficiários.</p> <p>Os dois ciclos de monitoramento socioeconômico do programa demonstram que ele teve impacto positivo na renda das famílias beneficiárias, contribuindo para que muitas saíssem da linha de pobreza (2016). O monitoramento ambiental realizado pela Universidade Federal de Lavras também demonstrou que nas áreas abrangidas pelo PBV o desmatamento foi menor. Todavia, a despeito desse resultado, é importante ampliar as evidências que demonstram o efeito do PBV tanto para a conservação ambiental quanto para o engajamento comunitário nas áreas da sua atuação.</p> <p>Atualmente, o monitoramento ambiental é realizado anualmente, mas se restringe à análise sobre cobertura vegetal das áreas. A condicionalidade imposta ao beneficiário é o cumprimento do instrumento de gestão.</p> <p>O principal propósito da contratação foi de preencher a lacuna de conhecimento sobre o PBV, avaliar os desafios da sua implementação, propor indicadores de impacto e aprimorar o programa para alcançar melhores resultados sociais, econômicos e ambientais. O estudo proposto teve duração prevista de 7 meses, contudo alguns atrasos na contratação e disponibilização de dados, por parte do MMA, demandaram a ampliação do prazo de execução. O seminário contou com a participação de agentes públicos, pesquisadores, membros de organizações não governamentais e representantes de organizações de beneficiários para apresentação do resultado parcial do estudo.</p> <p>Ainda no âmbito da atividade 3.3.1, a partir da revisão simplificada (2018), foram realizadas duas contratações de consultorias – pessoa física (Geraldo e Vivian), em que uma delas (Geraldo) teve como objeto o diagnóstico das opções econômicas sustentáveis, levantamento de informações sobre as organizações locais que desempenham um papel na organização da produção, os principais gargalos identificados em relação à produção e políticas públicas acessadas. A outra (Vivian) concentrou sobre iniciativas de conservação de base local, identificando as organizações</p>	

	<p>que as conduzem, as práticas em si e as formas de apoio. Além disso, ambos os consultores estabeleceram, como parte da consultoria, estratégias de apoio às organizações identificadas para otimizar as suas atividades produtivas e de conservação de base comunitária. As contratações tiveram o propósito de preencher a lacuna de informações sobre as opções econômicas sustentáveis, incluindo o agroextrativismo, o consorciamento agroflorestal e a pesca artesanal, entre outros, nas áreas do Programa Bolsa Verde e propor as possíveis estratégias para o desenvolvimento das opções econômicas levando-se em conta a realidade das comunidades, bem como o interesse na promoção da conservação ambiental. Ambas contratações apresentaram tempo inicial de contratação de 50 (cinquenta) dias, tendo sido prorrogado para cumprimento dos produtos previstos, com conclusão no final de 2018.</p>	
<b>PRODUTO 3.4.</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES INDICATIVAS</b>
Planos de manejo de unidades de conservação inseridas em Programa de PSA com inclusão social	Concluído	3.4.1 Elaboração de planos de manejo de unidades de conservação inseridas em Programa de PSA com inclusão social.
<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 3.4.</b>	<p>O Plano de Manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Lei 9.985/2000).</p> <p>O ordenamento das atividades extrativas e outros usos das Unidades de Conservação deverão ser equacionados quando da construção dos planos de manejo. Estes deverão observar os dispositivos legais existentes previstos na legislação federal geral caracterizar dos usos específicos realizados pela comunidade tradicional como de interesse social e definir os regramentos específicos de utilização dos recursos das respectivas áreas de forma que as atividades extrativas possibilitem o manejo das APPs e sejam reconhecidas legalmente.</p> <p>O Programa Bolsa Verde previu que as atividades de conservação ambiental, entendida como a manutenção da cobertura vegetal da área onde as famílias estão inseridas e o uso sustentável de seus recursos devem estar em consonância com o previsto nos instrumentos de gestão e regularização das unidades territoriais beneficiadas pelo Programa. Embora algumas áreas possuam outros instrumentos de gestão, o Plano de Manejo é o instrumento de gestão mais apropriado para assegurar o desenvolvimento de atividades de conservação ambiental e, por conseguinte, viabilizar a consistência do monitoramento do Programa Bolsa Verde.</p>	

	<p>A Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN) do ICMBio, com base em parceria estabelecida com o Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos (NPS) e o Serviço Florestal Norte-Americano (USFS), por meio de cooperação técnica internacional apoiada pela Agência Norte-Americana de Cooperação Internacional (USAID), definiu uma nova metodologia para elaboração do plano de manejo de unidades de conservação baseada que objetiva a elaboração, de maneira célere, de planos de manejo para as Unidades de Conservação Federais geridas pelo Instituto.</p> <p>Depois de dialogar com gestores de diversas unidades de conservação sobre a viabilidade de implementar o novo modelo, a Diretoria do ICMBIO apontou a Reserva Extrativista de Arraial do Cabo (RJ) como aquela a ser apoiada pelo Projeto na elaboração do seu instrumento de gestão. Considerando o contrato de concessão real de uso da área com uma associação local representativa dos moradores da unidade – a AREMAC, que prevê o apoio da Associação para elaboração do plano de manejo, foi possível contratar, via Contratação Direta, a AREMAC para a elaboração do plano de manejo da unidade.</p> <p>Contratada em janeiro de 2018, a Associação apresentou o último produto previsto no contrato em junho de 2018, concluindo-se assim o contrato.</p>	
<b>PRODUTO 3.5.</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES INDICATIVAS</b>
<p>Capacitação de 200 lideranças jovens em desenvolvimento de lideranças em unidades de conservação inseridas no Programa de PSA com inclusão social</p>	<p>Concluído</p>	<p>3.5.1 Realizar formação de gestores públicos com atuação nos territórios inseridos no Programa de PSA, em caráter interdisciplinar, para refletir acerca da gestão dos recursos naturais e do agroextrativismo na Amazônia, desenvolvido por agricultores familiares e populações tradicionais.</p>
<p><b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 3.5.</b></p>		<p>O ICMBio desenvolveu programa intitulado “Programa Jovens Protagonistas” em 2013 e, dispondo de recursos do Programa ARPA e GEF Manguezal, realizou oficinas de formação de jovens lideranças em, pelo menos, 30 unidades de conservação atendidas pelo Programa.</p>

PRODUTO 3.6.	SITUAÇÃO	ATIVIDADES INDICATIVAS
Capacitação de gestores públicos com atuação nos territórios inseridos em Programa de PSA com inclusão social em políticas públicas aderentes ao Programa	Concluído	3.6.1 Realizar a formação de gestores públicos com atuação nos territórios inseridos em Programa de PSA com Inclusão Social, em políticas públicas aderentes ao Programa, em caráter interdisciplinar, para refletir acerca da gestão dos recursos naturais e do agroextrativismo na Amazônia, desenvolvido por agricultores familiares e populações tradicionais.
<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 3.6.</b>	<p>O Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB foi contratado, por meio de licitação, com o objetivo de capacitar 25 gestores e 100 lideranças com foco em inclusão produtiva nas áreas integrantes do Programa Bolsa Verde.</p> <p>A capacitação dos gestores em políticas públicas aderentes ao Programa foi prevista no âmbito da contratação da capacitação de beneficiários em inclusão produtiva para assegurar um alinhamento entre a capacitação dos dois públicos que se relacionam diretamente.</p> <p>Essa ação foi planejada para ocorrer depois do primeiro módulo da capacitação das lideranças, após se ter disponível a informação quanto a quem são, de onde são e qual o perfil das lideranças que estão participando do processo.</p> <p>Após o término do 1º Círculo de Formação de Lideranças do Programa Bolsa Verde (Módulo I – Produto II), ficou evidente que a abordagem teórico-metodológica proposta para as lideranças não ganharia a mesma aderência dos Gestores. Visto que o Curso de Gestores seria uma versão condensada dos três Círculos de Formação de Lideranças, a partir do percurso formativo de caracterização dos territórios, de conceituação sobre gestão dos recursos naturais e da reflexão acerca de políticas públicas, avaliou-se que os gestores teriam uma certa familiaridade com esses temas. Diante disso, foram realizados diálogos institucionais entre o IEB e o MMA para se chegar à nova proposta teórico-metodológica para o Curso de Gestores, que englobasse discussões acerca do cenário atual sobre as Unidades de Conservação da Amazônia, com apresentações de estudos e pesquisas recentes sobre conservação ambiental e Programa Bolsa Verde. Assim, a reformulação do Curso de Gestores contemplou a realização de Rodas de Diálogos com a presença de pesquisadores e especialistas convidados.</p> <p>A mudança de local de realização do curso, inicialmente previsto para ocorrer na ACADEBIO, e a contratação de convidados, além de hospedagem e alimentação dos participantes, ensejaram o aditivo ao contrato para incluir as alterações pretendidas.</p>	

<b>PRODUTO 3.7.</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES INDICATIVAS</b>
Capacitação de organizações produtivas em unidades de conservação inseridas em Programa de PSA com Inclusão Social em gestão territorial e ambiental, em políticas públicas de inclusão produtiva e em gestão do negócio.	Concluído	3.7.1 Realizar a formação, em caráter continuado, de representantes de organizações produtivas em unidades de conservação inseridas em Programa de PSA com Inclusão Social em Gestão Territorial e Ambiental, em políticas públicas de inclusão produtiva e em gestão do negócio – 3 ciclos capacitação, de 3 módulos cada; com assessoramento em gestão às organizações.
<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 3.7.</b>	Execução via contratação do Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB	
<b>PRODUTO 3.8.</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES INDICATIVAS</b>
Proposta de Plano Nacional de Educação Extrativista	Não realizado	3.8.1 Elaborar proposta de Diretrizes Nacionais para Educação Extrativista a partir de oficinas regionais e seminário nacional
<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 3.8</b>	A atividade estava planejada para ser realizada concomitantemente a outras ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação. Contudo, com as mudanças nas diretrizes daquele Ministério, em relação à educação diferenciada, a atividade passou a não ser prioridade diante de outras atividades previstas no projeto.	

<b>PRODUTO 3.9.</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES INDICATIVAS</b>
Levantamento da relevância do extrativismo na composição de renda das famílias beneficiárias do Programa de PSA com Inclusão Social	Não realizado	3.9.1 Realizar diagnóstico da dinâmica da economia extrativista e sua participação na composição da renda das famílias beneficiárias de Programa de PSA com Inclusão Social e na economia brasileira.
<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 3.9.</b>	Extremamente importante para tomada de decisão em relação ao direcionamento de políticas de inclusão produtiva em áreas partícipes do Programa Bolsa Verde, a atividade não foi realizada devido ao tempo de execução necessário, cujo projeto não dispunha. Conhecer a relevância do extrativismo na composição de renda de famílias beneficiárias de PSA com Inclusão Social é relevante para orientar a formulação de políticas públicas para o Programa, de forma a causar um impacto na renda das famílias e, conseqüentemente, o acréscimo de renda. O termo de referência para contratação de pessoa jurídica foi elaborado por servidores do CGSA e encaminhado para o PNUD para adequações. Contudo, com a mudança na gestão, o processo de seleção foi suspenso.	
<b>PRODUTO 3.10.</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES INDICATIVAS</b>
Levantamento de mercados potenciais para produtos do extrativismo e estruturação de mecanismo que permita maior interação entre os produtores e compradores dos principais produtos extrativistas	Concluído	3.10.1 Realizar estudo para identificar mercados potenciais para os principais produtos do extrativismo, com levantamento de compradores e produtores e produção relacionada aos produtos extrativistas, bem como realizar estudo para estruturar plataforma com disponibilização para acesso por organizações de produtores e compradores de produtos extrativistas com dados de mercado levantados e possibilidade de interação.

<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 3.10.</b>	A atividade foi executada por meio do projeto de cooperação com a Organização Internacional do Trabalho intitulado "Cooperação Sul-Sul para a promoção do desenvolvimento sustentável por meio do trabalho decente e da proteção social" (GLO/14/09/BRA).	
<b>RESULTADO 4.</b>	<b>Gestão Eficiente do Projeto.</b>	
<b>INDICADORES DO RESULTADO 4.</b>	(i) Equipe da Secretaria capacitada; estratégia de monitoramento concebida e implantada. (ii) Elaboração de proposta de estratégia de comunicação.	
<b>PRODUTO 4.1.</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES INDICATIVAS</b>
Projeto monitorado e avaliado	Concluído	4.1.1 Capacitar equipe da Secretaria para gestão do projeto. 4.1.2 Desenvolver estratégia de monitoramento e avaliação. 4.1.3 Realizar reuniões tripartite. 4.1.4 Realizar avaliação de resultados do Projeto. 4.1.5 Sistematizar e disseminar boas práticas e lições aprendidas do projeto e promover ações de intercâmbio de conhecimentos.
<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 4.1.</b>	Foi contratada consultoria – pessoa física – para apoiar na capacitação e avaliação do Projeto, bem como no desenvolvimento de métodos, ferramentas e instrumentos de gestão para subsidiar o acompanhamento das ações. (Angélica). A contratação foi realizada em 2016, com final de vigência no final de 2017. A equipe do projeto passou por 4 reuniões que capacitação que envolveram a elaboração de Termos de Referência, o mapeamento dos fluxos e processos relacionados ao Projeto, a gestão e monitoramento de projetos e os sistemas de gestão do Projeto junto ao PNUD. Além dessas capacitações, foram promovidas capacitações sobre seus sistemas de gestão do PNUD/JOF. A execução desse contrato proporcionou o melhor entendimento e conhecimento, por parte dos dirigentes e equipe técnica, quanto às ações executadas no âmbito do Projeto, a necessidade de acompanhamento constante, especialmente a avaliação dos resultados e a capacitação da equipe técnica para dar seguimento aos trabalhos, durante execução.	



PRODUTO 4.2.	SITUAÇÃO	ATIVIDADES INDICATIVAS
Estratégia de comunicação do Programa de PSA com Inclusão Social elaborada e implementada	Não realizado	4.2.1 Elaborar e levantar ações práticas de implementação de estratégia de comunicação.
<b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 4.2.</b>		Na primeira revisão substantiva 2015-2017, este produto consta no plano de trabalho, com previsão de execução em 2016; porém, não ocorreu por indisponibilidade financeira.
<b>RESULTADO 5.</b>	<b>Espaços de Governança e alinhamento de políticas públicas para Povos e Comunidades Tradicionais de áreas potenciais para adoção de PSA fortalecidos.</b>	
<b>INDICADORES DO RESULTADO 5.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Oficinas com representantes de povos e comunidades tradicionais.</li> <li>(ii) Quatro atividades de formação de caráter continuado realizadas.</li> <li>(iii) Participação em fóruns de governança de políticas públicas.</li> <li>(iv) Número de lideranças de povos e comunidades tradicionais capacitadas para a participação nos fóruns de políticas públicas com interface com PSA.</li> </ul>	

PRODUTO 5.	SITUAÇÃO	ATIVIDADES INDICATIVAS
<p>Capacitações de lideranças de povos e comunidades tradicionais em serviços ambientais, políticas públicas, espaços de governança, obrigações e direitos de comunidades locais realizadas</p>	<p>Realizado parcialmente</p>	<p>5.1.1 Realizar atividades formativas para qualificar a participação de lideranças de áreas atendidas pelo Programa de PSA em espaços de governança de proposição, elaboração e monitoramento de políticas públicas que tenham interface com o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais.</p> <p>5.1.2 Promover a participação de lideranças de áreas atendidas pelo Programa de PSA em espaços de governança de proposição, elaboração e monitoramento de Políticas Públicas que tenham interface com o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais.</p>
<p><b>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 5.</b></p>	<p>O produto prevê a realização de atividades formativas para lideranças de áreas atendidas pelo Programa de PSA e a promoção da sua participação em espaços de governança e de proposição, elaboração e monitoramento de políticas públicas que tenham interface com o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais; porém, o processo de seleção aconteceria no final de 2018 e foi suspenso pela proximidade do final do ano, com o recesso de natal e ano novo, uma vez que as atividades retornariam, em janeiro de 2019, sob gestão de novo governo, com a possível descontinuidade da agenda, o que implicaria na mudança de gestão do Ministério, especialmente da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (MMA/SEDR), responsável pela execução das ações decorrentes do PRODOC.</p> <p>Em relação à promoção da participação de lideranças em espaços de governança e proposição, elaboração e monitoramento de políticas públicas que tenham interface com o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, o projeto apoiou a participação de lideranças locais e de atuação mais ampla em eventos promovidos por organizações da sociedade civil, como o Encontro da Juventude Extrativista, o Seminário de Extrativismo Costeiro e Marinho e o encontro de extrativistas de Xapuri/AC. Buscando promover a capacitação dos participantes no tema de Pagamento por Serviços Ambientais e governança, foi inserido, em cada um dos eventos supracitados, uma oficina ou palestra sobre o tema.</p>	

#### **4. AVALIAÇÃO GERAL – RESULTADOS DO PROJETO**

**Que desafios previstos ou imprevistos, positivos e negativos, afetaram o desenvolvimento do Projeto (incluindo questões relativas à atuação da ABC e do PNUD)?**

**Os fatores que mais influenciaram negativamente a execução do Projeto foram:**

Os conflitos entre a legislação referente a projetos de cooperação técnica internacional e a legislação nacional aplicada a organismos internacionais também dificultaram a agilidade na execução técnica e financeira do Programa.

**Os fatores que mais influenciaram positivamente a execução do Projeto foram:**

- A adequação do orçamento do projeto à disponibilidade financeira do Ministério do Meio Ambiente;
- A adequação do plano de trabalho à capacidade de execução da Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural (MMA/SEDR);
- O compromisso de todos os envolvidos na execução do Projeto aliado à progressiva *expertise* da equipe;
- A capacitação da equipe técnica que atuou na execução do projeto.

**Que medidas já foram tomadas ou seriam recomendadas pela Instituição Nacional Executora para melhorar a implementação do projeto?**

- a) Foram realizadas capacitações para a equipe em gestão de projetos, elaboração de termos de referência, normas de execução do PNUD/JOF, incluindo os sistemas “ATLAS” e “Acesso Externo”.
- b) Foram adotadas medidas de gestão de pessoas com foco na descentralização de atividades e de responsabilidades, o que permitiu um maior envolvimento da equipe refletindo em mais eficiência na execução do Projeto.
- c) Articulação com o ICMBio quanto ao acompanhamento das ações previstas no plano de trabalho do projeto e desenvolvidas diretamente nas unidades de conservação.

**Indique as melhores práticas identificadas e lições aprendidas durante o período da execução:**

As capacitações sobre gerenciamento de projetos, procedimentos e modalidades de contratação e utilização dos sistemas de gestão do PNUD/JOF foram fundamentais para garantir uma melhor gestão do projeto e descentralização das atividades na equipe do DEX/SEDR, o que permitiu melhorar a execução.

A adequação da matriz lógica nas revisões realizadas ao longo da execução proporcionou ampliar a capacidade operacional da equipe, bem como o ajuste orçamentário realizado na segunda revisão substantiva 2018-2019 refletiu a realidade financeira da Secretaria, naquele momento, permitindo maior efetividade na execução, aproximando planejado e executado.

**Considerando os beneficiários diretos e indiretos do Projeto, favor indicar:**

- a) se o projeto tem se mostrado adequado às necessidades dos beneficiários; e**
- b) sobre quem impactaram os Resultados/Produtos gerados até o momento?**

As ações do Projeto pretenderam apoiar o desenvolvimento sustentável produtivo e ambiental das famílias beneficiárias do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e viabilizar a manutenção da cobertura vegetal das unidades territoriais, onde residem as famílias beneficiárias. No curso da execução deste Programa, a cobertura vegetal destas unidades territoriais se manteve protegida e o nível de conservação desta cobertura vegetal responde aos objetivos e regras do Programa em mais de 91% (noventa e um por cento) das unidades territoriais.

O foco em ações de inclusão produtiva é uma reivindicação das organizações sociais representantes dos povos e comunidades tradicionais. Além disso, uma valorização da produção extrativista e agrícola dessas famílias diminui a demanda por desmatamento para adoção de práticas mais agressivas.

## **5. CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO PARA O PROGRAMA DO PNUD PARA O BRASIL**

**Quanto aos seguintes indicadores de desenvolvimento, o que se pode observar como ganhos construídos no âmbito do projeto?**

- a) Desenvolvimento de capacidades (individuais, institucionais, sociais):**

**Cursos/Oficinas/Atividades de capacitação realizadas em 2017-2019, com apoio do projeto:**

A contratação da Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (AREMAC), responsável pela elaboração do Plano de Manejo da Resex Arraial do Cabo/RJ, apresentou resultados significativos, especialmente por ser uma associação local, representativa dos moradores da unidade – consolidou um modelo de parceria com as

organizações sociais que proporciona maior envolvimento das comunidades na superação dos desafios. Além disso, viabilizou a implementação de um novo roteiro para elaboração de plano de manejo desenvolvido pelo ICMBIO, o que permite ampliar o teste do modelo em diferentes realidades.

O mesmo ocorreu com a contratação da Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras (AMEX), organização da Reserva Extrativista de Canavieiras (BA), contratada para a capacitação dos beneficiários da RESEX com foco nas mulheres pescadoras e marisqueiras. O estudo da dinâmica do desmatamento, realizado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), e a estratégia para mitigação das causas que levam à perda da cobertura vegetal nas unidades de conservação e assentamentos da reforma agrária integrantes do Bolsa Verde também forneceram mais subsídios para a tomada de decisão, contribuindo para a evolução do Programa.

Assim também ocorreu com a contratação que avaliou a efetividade ambiental e social do Programa Bolsa Verde, propondo meios para melhorá-lo a partir de diferentes arranjos de pagamentos e benefícios, aproximando-o tanto quanto possível dos incentivos por serviços ambientais, bem como para a ampliação do vínculo comunitário, social e organizativo dos beneficiários. Esse produto é de especial importância para o redesenho do Programa e seu aprimoramento enquanto política pública.

A contratação dos consultores para identificar as principais organizações das áreas atendidas pelo Programa Bolsa Verde que trabalham com produção agroextrativista e iniciativas de conservação de base comunitária, bem como os principais gargalos vinculados às atividades produtivas e de conservação são aprendizados importantes, uma vez que permitem que a instituição conheça mais sobre o seu público e os pontos a serem incorporados no desenho de uma política de pagamento por serviços ambientais que vise causar impacto não só na vida das famílias das áreas-alvo, mas também na conservação dos recursos naturais nessas áreas.

#### **b) Promoção de ambiente que conduz ao diálogo político para garantir desenvolvimento:**

O resultado 5 está fortemente vinculado ao fortalecimento de espaços de diálogo e formação de atores que participem de forma qualificada de fóruns de tomada de decisão, seja a partir de cursos de formação, seja a partir da promoção do encontro de lideranças para discussão de temas relacionados a políticas de pagamento por serviços ambientais e

aquelas outras que, associadas, podem gerar um impacto positivo na qualidade de vida dos residentes de unidades de conservação e projetos de assentamentos.

Por meio desse resultado, foi possível promover a participação de jovens de diferentes reservas extrativistas do país e discutir políticas públicas de inclusão socioprodutiva, política de pagamentos por serviços ambientais e outros temas relacionados à atuação dos jovens em espaços de tomada de decisão. O seminário, além de contribuir para a formação desses jovens, teve como objetivo preencher um vácuo geracional formado pelo afastamento de representações dos beneficiários das unidades de conservação e projetos de assentamento pelo avançar da idade.

Outro evento apoiado pelo projeto foi o Seminário Nacional do Extrativismo Costeiro e Marinho, realizado no estado do Pará, que contou com o apoio de outros departamentos e setores do Ministério do Meio Ambiente, como a Secretaria de Biodiversidade e o ICMBio. Com a participação de mais de 200 lideranças de reservas extrativistas marinhas da costa brasileira, o evento contou com uma oficina sobre o tema realizada pelo IPAM, com apoio do BRA 11/021.

Mais um evento apoiado foi a realização do Encontro que discutiu o Legado de Chico Mendes e as perspectivas para as reservas extrativistas. Tal evento teve a participação de cerca de 600 lideranças e uma ativa atuação do Departamento de Extrativismo, tanto na inserção de pautas relacionadas a políticas de pagamento por serviços ambientais, quanto em fóruns de tomada de decisão em relação ao delineamento de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais.

**c) Promoção da igualdade de gênero em ações já realizadas ou potencial do projeto na área:**

Uma das atividades apoiadas pelo projeto no município de Canavieiras/BA para levantamento do potencial da produção das reservas extrativistas teve como público-alvo mulheres (pescadoras e marisqueiras) de diversas comunidades da região. O projeto foi importante para articulação da Rede de Mulheres Extrativistas de Comunidades Pesqueiras e Marinhas do Sul da Bahia. Apesar de a atividade apoiada ter foco nas extrativistas da RESEX de Canavieiras, também participaram das capacitações e do Seminário Final os representantes das RESEX de Cassurubá/BA e Corumbau/BA. O projeto foi importante também por possibilitar às mulheres o estabelecimento de contatos com outros órgãos federais e organizações, o que resultou em um projeto a ser aprovado pela cooperação alemã (GIZ).

**d) Promoção da igualdade de raça em ações já realizadas ou potencial do projeto na área:**

As ações já realizadas ou potenciais do Projeto BRA/11/021 indiretamente buscam promover a igualdade de raça, visto que as famílias beneficiárias, que são o público do Programa, e que estão em extrema pobreza, fazem parte de povos e comunidades tradicionais, como extrativistas, ribeirinhos e quilombolas. O recurso recebido pelo Programa, bem com os estudos e capacitações realizadas pelo Projeto podem estimular a organização social dessa população e seu autorreconhecimento.

**e) Potencialidades de cooperação sul-sul (boas práticas e capacidades desenvolvidas no âmbito do projeto que possam ser replicadas nacional e internacionalmente):**

A agenda ambiental tem grande potencialidade de cooperação sul-sul. As experiências de Programas de Pagamento por Serviços Ambientais desenvolvidas na América Latina, África e Ásia, incluindo o Programa Bolsa Verde, já foram objeto de *workshops* e oficinas organizadas com o apoio do Projeto BRA/11/2017 e em parceria com instituições, tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

**f) Construção de parcerias para obtenção de resultados:**

Para a realização das ações do Projeto já foram e continuam sendo construídas muitas parcerias com diferentes instituições, tanto governamentais, como não governamentais e do público do Programa Bolsa Verde:

- a) Universidades: UFRRJ – monitoramento socioeconômico; UFLA – monitoramento ambiental; PUC/RJ – aplicação de avaliação de impacto no programa Bolsa Verde.
- b) Instituições governamentais: ICMBio – elaboração de planos de manejo de unidades de conservação (Resex de Canavieiras e Resex Marinha de Arraial do Cabo); capacitação de gestores e lideranças beneficiárias do programa Bolsa Verde para inclusão produtiva; INCRA – Ater Extrativista; Ministério da Educação – Pronatec Extrativista;
- c) Instituições não governamentais: IEB – capacitação de gestores e lideranças beneficiárias do programa Bolsa Verde para inclusão produtiva; IPAM – elaboração de estratégia nacional para mitigação das causas que levam ao desmatamento em áreas do programa Bolsa Verde.

- d) Instituições da sociedade civil – público do programa Bolsa Verde (associações e cooperativas): AMEX (Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX de Canavieiras) – capacitação socioeconômica de comunidades extrativistas pesqueiras; AREMAC (Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ) – elaboração participativa do plano de manejo da reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo.

## **6. SEGUIMENTO DE RECOMENDAÇÕES ANTERIORES SOBRE O PROJETO**

### **a. Recomendações da última auditoria do projeto e seguimento dado por parte da Agência Executora**

Após a exoneração do Diretor e do Coordenador Nacional do Projeto, conforme Portaria/MMA nº 56, de 31 de janeiro de 2019, publicação D.O.U. em 8 de fevereiro de 2019, e após a publicação do Decreto nº 9.672, de 2 de janeiro de 2019, que alterou a estrutura organizacional do MMA, a Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA), do referido Ministério, assumiu as agendas de algumas unidades extintas e os passivos dos projetos, incluindo o Projeto BRA/11/021. Diante disso, e como parte dos encaminhamentos para encerramento operacional do projeto, realizamos consulta recente ao Sistema Monitor/CGU, que manifesta que todas as recomendações lá descritas (177251 e 177253) foram plenamente atendidas.



## 7. INSUMOS MOBILIZADOS E PRODUTOS DO PROJETO NO PERÍODO

### 7.1. Consultores contratados

CONTRATO 1					
<b>Código do Contrato</b>		2016/000208			
<b>Objetivo da Consultoria</b>		Prestar serviços de consultoria para o desenvolvimento de métodos, ferramentas e instrumentos de gestão para subsidiar o acompanhamento das ações realizadas no âmbito do projeto.			
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até o Final do Exercício</b>
25/07/2016	24/08/2017	R\$ 96.000,000	R\$ 96.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 96.000,00
Produtos Contratados					
Descrição			Data Prevista de Entrega	Valor	
Produto 1	Proposta de manual de elaboração de termos de referência, cartas de acordo e outros instrumentos necessários para a contratação de serviços de consultoria no âmbito do PNUD, considerando as disposições legais e apontamentos recorrentes dos órgãos de controle brasileiros e relatório de capacitação da equipe técnica da unidade executora sobre a utilização do referido Manual.		11/10/2016	R\$ 16.000,00	
Produto 2	Produto contendo uma proposição de Procedimento Operacional Padrão para Contratação de Especialistas (pessoa física e pessoa jurídica) e Relatório de Capacitação da equipe técnica da unidade executora do Projeto sobre Procedimento.		07/12/2016	R\$ 16.000,00	
Produto 3	Produto contendo uma proposição de Procedimento Operacional Padrão para o Monitoramento e Avaliação do Projeto e suas Ações e Relatório de Capacitação da equipe técnica da unidade executora do Projeto sobre Procedimento.		02/03/2017	R\$ 16.000,00	
Produto 4	Produto contendo Relatório de Capacitação da equipe técnica da unidade executora do Projeto sobre a utilização do Sistema ATLAS e Extranet, ambos do PNUD.		16/05/2017	R\$ 16.000,00	

Produto 5	Documento contendo análise sistêmica das ações desenvolvidas pelo Projeto, apresentando as conclusões e recomendações, de acordo com os relatórios de monitoramento e avaliação do projeto.	10/07/2017	R\$ 16.000,00
Produto 6	Documento contendo análise final de impactos do projeto com as ações realizadas pelos serviços de consultoria contratados para subsidiar na elaboração de Relatório de Progresso.	22/08/2017	R\$ 16.000,00
<b>Consultor Contratado</b>			
<b>Nome do Consultor:</b>	ANGÉLICA DE SOUZA GRIESINGER	<b>CPF:</b>	603.179.811-53
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do Contrato:</b>			
<p>A consultoria foi contratada no âmbito do Resultado 4 (produto 4.1). O Contrato teve início em 25/07/2016 com término em 24/07/2017; tendo sido, em 31/07/2017, realizado o primeiro Termo Aditivo, com final de vigência em 24/08/2017, para entrega e pagamento do produto 6. As datas de entrega, constantes nesse documento, refletem exatamente as datas em que a consultora apresentou os produtos, e não as datas previstas no Termo de Referência (TDR), estando o cronograma do TDR sujeito a ajustes durante a execução do Contrato.</p> <p>A contratação contribuiu na proposição de métodos e instrumentos de gestão para apoiar o projeto em seus processos de monitoramento e avaliação com enfoque na capacitação da equipe técnica responsável pela gestão do projeto, especialmente quanto ao acompanhamento da elaboração de termos de referência, bem como a entrega de relatórios periódicos das ações e resultados.</p> <p>Na avaliação da consultora, expressa na apresentação do produto 3 sobre o monitoramento e avaliação do projeto, a contratada expressou a dificuldade que a equipe técnica encontrou, no início da execução, em acessar informações no Sistema ATLAS/PNUD com a indicação de ambientes virtuais. Foi solicitado ao PNUD, à época, um treinamento com a equipe de gestão do projeto sobre questões gerenciais – planejamento, orçamento, monitoramento e relatórios.</p> <p>Ainda sobre a avaliação dos produtos apresentados, o produto 4 teve como descrição a capacitação da equipe do projeto na utilização dos Sistemas de Informações do Organismo Internacional parceiro, quais sejam: ATLAS e Extranet, que foram realizadas a contento, no âmbito da Gerência de Gestão Socioambiental/CGSA/DEX/SEDR. É lamentável que tal atividade ainda deva ser objeto de contratação, considerando que tal atribuição não está sob responsabilidade de uma consultoria e sim dos entes parceiros na execução do projeto, ficando como aprendizado, além dos resultados tidos com os produtos, de que as equipes dos projetos de cooperação internacional necessitam de melhores estruturas de gestão e que a equipe deve ser, constantemente, qualificada.</p> <p>Poe fim, os dois e últimos produtos (5 e 6), sendo que o primeiro apresenta o escopo das ações previstas, suas particularidades e recomendações para sua contratação execução.</p>			

CONTRATO 2					
Código do Contrato				2017/ 000104	
Objetivo da Consultoria		Avaliar a efetividade ambiental e social do programa Bolsa Verde e propor meios para melhorá-la, a partir de diferentes arranjos de pagamentos e benefícios, aproximando-o tanto quanto possível dos serviços por incentivos ambientais, bem como para a ampliação do vínculo comunitário, produtivo, social e organizativo dos beneficiários.			
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
16/06/2017	29/12/2017	R\$ 137.000,00	R\$ 137.000,00	R\$ 137.000,00	R\$ 137.000,00
Produtos Contratados					
Descrição			Data Prevista para Recebimento	Valor (R\$)	
Produto 1	Relatório analítico sobre o PDV em relação aos objetivos estabelecidos no programa (dimensões ambiental, social e econômica no BV). Atividades: compilação de estudos e dados do programa; análise qualitativa dos resultados do programa com base em revisão de literatura; análises estatísticas sobre a efetividade ambiental e econômica do programa, a partir de dados dos monitoramentos realizados.		09/08/2017	R\$ 41.100,00	
Produto 2	Relatório sobre os gargalos do programa relacionados ao objetivo da consultoria. Atividades: desenho e validação de roteiros de entrevistas e atores-chave; preparação da missão para entrevistar atores-chave; entrevistas semiestruturadas com atores-chave (MMA, MDS, ICMBio, INCRA, academia); preparação das viagens a campo; viagens de campo e realização de entrevistas semiestruturadas no nível local com atores-chave (ICMBio – gestores de UC, lideranças locais); elaboração de relatório.		20/10/2017	R\$ 41.100,00	
Produto 3	Relatório final, contendo recomendações e propostas consistentes sobre opções e modelos para o aprimoramento do programa, considerando as dimensões sociais, ambientais e econômicas. Atividades: elaboração de propostas de aprimoramento do PBV, incluindo exemplos de melhores práticas de outros		30/11/2017	R\$ 54.800,00	

	países; preparação e realização de <i>workshop</i> de apresentação e debate das propostas com atores-chave (órgãos envolvidos na gestão e implementação do programa e especialistas); elaboração de relatório final incorporando considerações dos atores-chave.		
<b>Consultor Contratado</b>			
<b>Nome do Consultor</b>	SUSAN EDDA SEEHUSEN	<b>CPF</b>	292.254.648-94
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do Contrato:</b>			
<p>A consultoria foi contratada no âmbito do Resultado 3 (produto 3.3) do Programa. O Contrato teve início em 16/06/2017 com previsão para término em 29/12/2017. Tal contratação teve a finalidade de preencher a lacuna do conhecimento do programa Bolsa Verde, em que pouco foram os estudos que pudessem dimensionar os desafios para que o Programa alcançasse, de fato, os objetivos ambientais e que seu arranjo não estivesse restrito apenas à transferência de renda às famílias beneficiárias, mas que tal benefício fosse compreendido como uma responsabilidade ambiental, condicionada ao uso sustentável de recursos naturais.</p>			

**CONTRATO 3**

<b>Código do Contrato</b>	BRA 10- 35480/2017				
<b>Objetivos da Consultoria</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realizar a formação de lideranças representantes de organizações produtivas em unidades de conservação inseridas no programa Bolsa Verde em gestão territorial e ambiental, em políticas públicas de inclusão produtivas (ATER, PAA, PGPMBio, PRONAF, Fomento INCRA etc.) e em gestão de negócios; e</li> <li>2. Realizar a formação de gestores com a atuação nos territórios inseridos no programa Bolsa Verde em políticas públicas aderentes ao Programa (PAA, PGPMBio, PNAE, PLANAFE, PRONATEC etc.).</li> </ol>				
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até o Final do Exercício</b>
22/05/2017	22/01/2018	R\$ 1.206.611,85	R\$ 1.206.611,85	R\$ 1.206.611,85	R\$ 1.206.611,85
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data Prevista de Entrega</b>	<b>Valor</b>	
Produto 1	Documentos de planejamento do projeto. Referente ao Projeto de Formação de Gestores e Lideranças para Inclusão Produtiva e Conservação Ambiental, em Unidades de Conservação do ICMBio, na Amazônia Legal contempladas pelo Programa Bolsa Verde.		28/06/2017	R\$ 236.000,00	
Produto 2	Relatório sobre a realização do Módulo 1 – Agroextrativismo na Amazônia.		09/08/2017	R\$ 177.000,00	
Produto 3	Relatório sobre a realização do Módulo de capacitação dos gestores		27/08/2017	R\$ 141.600,00	
Produto 4	Relatório sobre a realização do Módulo 2 – Gestão de Recursos Naturais		22/09/2017	R\$ 306.800,00	
Produto 5	Relatório sobre a realização do Módulo 3 – Políticas Públicas para a Inclusão Produtiva.		27/10/2017	R\$ 224.200,00	
Produto 6	Relatório final da oficina de avaliação do projeto: Aproximadamente 100 Planos de Ação (1 de cada liderança capacitada)		15/12/2017	R\$ 94.400,00	

<b>Consultoria Contratada</b>			
<b>Nome da consultoria:</b>	INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB)	<b>CNPJ:</b>	03.057.776/001-36
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do Contrato:</b>			
<p>A consultoria foi contratada no âmbito do Resultado 3 (Produtos 3.6 e 3.7) do Programa. O Contrato teve início em 22/05/2017 com previsão para término em 22/01/2018, sendo 8 (oito) meses, 240 (duzentos e quarenta) dias, após assinatura. O referido Contrato foi executado plenamente, tendo 4 produtos <i>entregues</i> e aprovados pela equipe técnica.</p> <p>Algumas observações cabem serem descritas: em 30 de agosto de 2017, foi solicitado pela consultoria acréscimo financeiro, em relação ao valor contratual, para as despesas adicionais no valor de R\$ 26.611,85 (vinte e seis mil e seiscentos e onze reais e oitenta e cinco centavos) referente ao produto 3 “<i>Relatório da Realização do Curso de Capacitação de Gestores de Unidades de Conservação da Amazônia</i>” e os respectivos anexos (01 – Lista de Presença; 02 – Relatório Fotográfico; 03 – Conteúdo Programático e Ferramentas e 04 – Relatório de Avaliação do Curso).</p> <p>Tal aditivo, justificado pela contratada por necessidade de mudança de local, de data e acréscimo de despesas relacionadas ao “Curso de Capacitação de Gestores de Unidades de Conservação da Amazônia”, referente à atividade do Produto 3, que ocorreria na Academia Nacional da Biodiversidade (ACADEBio) – Floresta Nacional de Ipanema – Iperó/SP, e, contudo, foi realizado no Instituto Bíblico de Brasília – Brasília/DF, como também inclusão em cláusula da Taxa de Evasão de 10% dos educandos nos módulos de formação, por Evasão de Educandos durante os módulos de formação e alteração na forma e na quantidade a ser entregue dos Planos de Ação (PAs).</p> <p>A mudança de local e de data ocorreu devido à necessidade de reformulação da proposta de formação do Curso de Capacitação dos Gestores. Após o término do 1º Círculo de Formação de Lideranças do Programa Bolsa Verde, avaliou-se que a abordagem teórico-metodológica, proposta para as lideranças, não ganharia a mesma aderência com os Gestores, visto que o Curso de Gestores seria uma versão condensada dos três Círculos de Formação de Lideranças, a partir do percurso formativo de caracterização dos territórios, de conceituação sobre gestão dos recursos naturais e da reflexão acerca de políticas públicas. Avaliou-se que os gestores tinham certa familiaridade com esses temas. Diante disso, foram realizados diálogos institucionais entre a instituição e o MMA para se chegar à nova proposta teórico-metodológica para o Curso de Gestores, que englobasse discussões acerca do cenário atual sobre as Unidades de Conservação da Amazônia, com apresentações de estudos e pesquisas recentes sobre conservação ambiental e programa Bolsa Verde. Assim, a reformulação do Curso de Gestores contemplou a realização de Rodas de Diálogos com a presença de pesquisadores e especialistas convidados como palestrantes. Quanto à alteração do local de realização para o Distrito Federal, considerou-se a facilidade em mobilizar os especialistas para as palestras, pois a maior parte dos especialistas e pesquisadores já se encontrava no Distrito Federal; dessa forma, a conciliação de agendas seria mais facilitada.</p> <p>Foi obtida resposta, pelo PNUD, quanto ao acréscimo no valor de R\$ 26.611,85 (vinte e seis mil e seiscentos e onze reais e oitenta e cinco centavos) solicitado ao produto 3, tendo sido pago em 13/09/2017, no valor contratual de 141.600,00 (cento e quarenta e um mil e seiscentos reais), conforme voucher, do Sistema Atlas. Tal acréscimo atualizou o valor contratual de R\$ 1.180.000,00 para R\$ 1.206.611,85.</p> <p>Quanto ao produto 4, último dos previstos em contrato, a aprovação ocorreu em setembro de 2017, 176 (cento e setenta e seis) dias após assinatura do contrato.</p>			

**CONTRATO 4**

<b>Código do Contrato</b>		BRA 10- 35411/2017			
<b>Objetivos da Contratação</b>		<p>1. Mapear a dinâmica de desmatamento nas 69 UCs com famílias beneficiárias do Bolsa Verde, de forma a analisar, entender a dinâmica e identificar os principais vetores de conversão da cobertura florestal nestas áreas.</p> <p>2. Atualizar e analisar os dados de desmatamento nos 852 assentamentos localizados na Amazônia, beneficiários do programa Bolsa Verde.</p> <p>3. Propor estratégia para mitigação das causas que levam à perda da cobertura vegetal nas unidades de conservação e assentamentos da reforma agrária validada em seminário junto a atores estratégicos do Programa Bolsa Verde.</p>			
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até o Final do Exercício</b>
28/03/2017	28/02/2018	R\$ 729.358,00	R\$ 729.358,00	R\$ 364.679,00	R\$ 364.679,00
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data Prevista de Entrega</b>	<b>Valor</b>	
Produto 1	Base de dados		14/06/2017	R\$ 218.807,40	
Produto 2	Power point com análise de UCs		25/08/2017	R\$ 145.871,60	
Produto 3	Power point com análise de assentamentos				
Produto 4	Definição da estratégia e metodologia para os <i>workshops</i> regionais		20/09/2017	R\$ 145.871,60	
Produto 5	Relatório <i>workshops</i> regionais		14/11/2017	R\$ 109.403,70	
Produto 6	Relatório final		05/02/2018	R\$ 109.403,70	
<b>Organização Contratada</b>					
<b>Nome da consultoria</b>	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)		<b>CNPJ</b>	00.627.727/0001-01	

**Observações sobre a execução físico/financeira do Contrato:**

A consultoria foi contratada no âmbito do Resultado 2 (Produto 2.5) do Programa, via contratação direta. A vigência do contrato é de 11 meses, a partir da data de assinatura com encerramento em fevereiro de 2017. A entrega do último produto ocorreu no final de novembro de 2017 e o encerramento do contrato, no final de dezembro de 2017. Conforme a execução contratual, foram pagos os produtos 1, 2 e 3. Quanto ao produto 4, foi entregue em 20/09/2017, com a solicitação da contratada de realização de ajustes na localização de um dos *workshops*, passando a ser realizado na região amazônica, totalizando 6 (seis) na região amazônica e 2 (dois) fora da região amazônica, mantendo o total de 8 (oito) *workshops*, conforme contrato. A alteração não representou nenhum impacto orçamentário ou no número total de participantes. As datas de entregas dos produtos contratados refletem a execução do cronograma, por parte da contratada, levando à conclusão de que a entrega do último produto foi em fevereiro de 2018, tornando-se necessária a prorrogação do Projeto por mais 6 (seis) meses.

**CONTRATO 5**

<b>Código do Contrato</b>		BRA 10-36033/2018			
<b>Objetivo da Contratação</b>		Apoiar a elaboração participativa do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (RJ).			
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até Final do Exercício</b>
08/01/2018	20/06/2018	R\$ 137.175,50	R\$ 137.175,50	R\$ 137.175,50	R\$ 137.175,50

**Produtos Contratados**

<b>Descrição</b>		<b>Data Prevista de Entrega</b>	<b>Valor</b>
Produto 1	Relatório das reuniões comunitárias de sensibilização para a construção do plano de manejo	45 dias após assinatura do contrato	R\$ 34.293,88 (25%)
Produto 2	Guia do participante diagramado e impresso	70 dias após assinatura do contrato	R\$ 68.587,75 (50%)

**Organização contratada**

<b>Nome da Consultoria</b>	Associação da Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo (AREMAC)	<b>CNPJ</b>	02.147.165/0001-16
----------------------------	---------------------------------------------------------------------	-------------	--------------------

**Observações sobre a execução físico/financeira do Contrato:**

A consultoria foi contratada no âmbito do Resultado 3 (produto 3.4) do Programa, via contratação direta. A Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (AREMAC) é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, instituída em 1997, e tem como objetivo principal a preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.



A AREMAC possui Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) da área da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ, com a obrigação de assegurar os meios necessários à reprodução e melhoria dos modos de qualidade de vida das populações extrativistas. No âmbito do CCDRU, a Instituição irá apoiar o ICMBio na conclusão do plano de manejo da RESEX.

Entre as ações previstas no Documento do Projeto está a elaboração de Plano de Manejo para Unidades de Conservação, incluídas no programa Bolsa Verde. Nesse sentido, a contratação teve como propósito o apoio à elaboração do Plano de Manejo da RESEX. Tal contratação na modalidade direta pautou-se pelo fato de a instituição já está inserida na realidade local, assegurando a articulação e mobilização comunitária. A unidade de conservação possuía diversos estudos básicos e documentos, bem como um plano de utilização que, embora vigente, se encontrava defasado. A partir de reuniões com a comunidade, foi definido que a contratação teria o objetivo de finalizar o Plano de Manejo, de forma participativa, assegurando o envolvimento das famílias cadastradas na RESEX. Foram previstas a realização de 3 oficinas setoriais – pesca, turismo e pesquisa. Contratada em janeiro de 2018, com o propósito de apoiar o Instituto na conclusão do plano de manejo da reserva, a Associação apresentou o último produto previsto no contrato em junho de 2018, concluindo-se assim o contrato com êxito.

<b>CONTRATO 6</b>					
<b>Código do Contrato</b>		<b>Contrato BRA 10/36032/2018</b>			
<b>Objetivo da Contratação</b>		Promover capacitação socioeconômica de comunidades extrativistas pesqueiras como estratégia de inclusão produtiva sustentável, em área beneficiária do programa Bolsa Verde, priorizando a mulher responsável pela unidade familiar.			
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até o Final do Exercício</b>
08/01/2018	25/06/2018	R\$ 119.979,90	R\$ 119.979,90	R\$ 119.979,90	R\$ 119.979,90
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>		<b>Data Prevista de Entrega</b>		<b>Valor</b>	
Produto 1	Projeto apresentado nas comunidades	45 dias após assinatura do contrato		R\$ 20.792,52	
Produto 2	Diagnóstico Rápido Participativo das Potencialidades Socioeconômicas das Comunidades Extrativistas Pesqueiras, RESEX de Canavieiras-BA	90 dias após assinatura do contrato		R\$ 26.743,52	
Produto 3	Capacitações em área beneficiária do programa Bolsa Verde realizadas	135 dias após assinatura do contrato		R\$ 48.303,91	
Produto 4	I Seminário de Inclusão Produtiva da RESEX de Canavieiras-BA realizado	150 dias após assinatura do contrato		R\$ 24.139,96	

<b>Consultor Contratado</b>					
<b>Nome da consultoria:</b>		Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras-BA (AMEX)	<b>CNPJ:</b>		11.314.360/0001-84
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do Contrato:</b>					
<p>A consultoria será contratada no âmbito do Resultado 3 (produto 3.2) do Programa, via Contratação direta.</p> <p>Entre as ações previstas no Documento do Projeto constam ações de capacitação de organizações produtivas em Unidades de Conservação. Nesse sentido, a contratação tem como propósito de capacitar os beneficiários da Reserva Extrativista de Canavieiras-BA, com foco nas mulheres pescadoras e marisqueiras.</p> <p>A Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (AMEX) possui Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), concedido pelo ICMBio, com o propósito de apoiar o Instituto no desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis com vistas à melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias.</p> <p>Foram previstas no contrato a execução de quatro produtos, dentre eles o diagnóstico participativo das potencialidades socioeconômicas das Comunidades Extrativistas Pesqueiras, RESEX de Canavieiras-BA e capacitações em área beneficiária do programa Bolsa Verde e a realização de um Seminário de Inclusão Produtiva da Resex de Canavieiras-BA, realizado no município de Canavieiras-BA.</p>					
<b>CONTRATO 7</b>					
<b>Contrato</b>		<b>2018/000135</b>			
<b>Objetivo da Contratação</b>			Realizar o mapeamento e o diagnóstico da organização comunitária e das iniciativas de conservação ambiental de base local nas unidades de conservação e projetos de assentamento na Amazônia Legal beneficiários pelo programa Bolsa Verde, bem como propor estratégia para promoção de ações de fortalecimento das organizações locais.		
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no exercício</b>	<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até o Final do Exercício</b>
23/07/2018	30/11/2018	R\$ 24.953,66	R\$ 24.953,66	R\$ 24.953,66	R\$ 24.953,660
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>		<b>Data Prevista de Entrega</b>	<b>Valor</b>		
Produto 1	Relatório técnico (impresso e cópia digital) contendo a sistematização do mapeamento e diagnóstico das organizações locais, bem como das iniciativas de conservação ambiental de base comunitária dentro das unidades de conservação e projetos de assentamento, atendidos pelo Programa Bolsa Verde, na Amazônia Legal.	13/08/2018	R\$ 7.486,10 (30%)		

Produto 2	Relatório Técnico (impresso e cópia digital) com proposta de estratégia/intervenção para o fortalecimento da organização social das comunidades, bem como para o desenvolvimento de iniciativas de conservação de base comunitário, associados a um programa de pagamento por serviços ambientais com inclusão social.	03/09/2018	R\$ 17.467,56 (70%)
<b>Consultor Contratado</b>			
<b>Nome consultoria</b>	VIVIAN ZEIDEMANN	<b>CPF</b>	637.187.909-04

#### **Observações sobre a execução físico/financeira do Contrato:**

A consultoria foi contratada no âmbito do Resultado 3 (produto 3.3) do Programa.

Em termos práticos, o Programa Bolsa Verde foi uma forma de transferência de renda com condicionante ambiental, à medida que, associado aos programas Brasil Sem Miséria e ao Bolsa Família de responsabilidade do governo federal, realizou o pagamento trimestral de R\$ 300,00 a famílias que atenderam aos critérios legais e assinaram o Termo de Adesão com o Ministério. A contrapartida está no engajamento dessas famílias em ações de conservação ambiental, e sobretudo não promoverem o desmatamento ilegal. Associada ao pagamento dos benefícios, o Ministério e seus parceiros promovem a capacitação de beneficiários como forma de contribuir para o alcance dos objetivos anunciados na criação do programa. O monitoramento ambiental e socioeconômico foi realizado anualmente e seus dados indicaram tanto a melhoria das condições de vida das famílias quanto a redução das áreas desmatadas.

Em termos teóricos, de outro lado, o programa também pode ser visto também como uma modalidade de pagamento por serviços ambientais, pois as ações de conservação realizadas nas unidades territoriais encontraram na transferência monetária trimestral uma forma de reconhecimento aos serviços ambientais prestados. Após alguns anos de execução, algumas lições podem ser extraídas dessa experiência que atingiu mais de 900 áreas, perfazendo mais de 33 milhões hectares e 74 mil famílias. Para tanto, constitui oportunidade ao projeto BRA 11/021, instrumento que se complementa e aprimora o Bolsa promover o levantamento da realidade das organizações locais dentro das unidades de conservação e de assentamentos de reforma agrária e o mapeamento e identificação daquelas iniciativas de conservação de base local, assim como apoiar a elaboração de uma estratégia de fortalecimento do grau de organização comunitária. Eis, portanto, a finalidade da presente proposta de contratação de pessoa física. Trata-se de uma contratação proposta pelos gestores, a partir da Segunda Revisão Substantiva 2018-2019. Segundo constatações descritas em notas técnicas de análise e aprovação dos produtos, o produto 1 constou um relatório final, contendo mapeamento e diagnóstico das organizações locais bem como das iniciativas de conservação ambiental de base comunitária dentro das unidades de conservação e projetos de assentamento atendidos pelo Programa Bolsa Verde, no qual se aponta para as potencialidades e fragilidades dessas organizações. Além disso, a consultora apresentou duas matrizes, sendo a primeira com os dados das organizações locais (nome, unidade de conservação ou projetos de assentamento ao qual se encontram vinculadas, nome do responsável e dados de contato. A segunda matriz traz a identificação das iniciativas de conservação de base comunitária e a descrição da atividade desenvolvida. O produto 2 apresentou proposta de estratégia

para o fortalecimento da organização social das comunidades, bem como para o desenvolvimento de iniciativas de conservação de base comunitário, associados a um programa de pagamento por serviços ambientais com inclusão social. A consultora apresentou ainda uma proposta de arranjo institucional, que considera as particularidades dos modelos de ordenamento territorial para povos e comunidades tradicionais previstos e partícipes do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais com Serviços Ambientais, bem como as possibilidades de parcerias com atores de diferentes níveis de governança e *locus* social.

<b>CONTRATO 8</b>					
<b>Código do Contrato</b>		Contrato nº 2018/ 000134			
<b>Objeto da Contratação</b>		Elaborar diagnóstico das opções econômicas sustentáveis, incluindo o agroextrativismo, o consorciamento agroflorestal e a pesca artesanal, entre outros, nas unidades de conservação e projetos de assentamento da Amazônia Legal beneficiados pelo Programa Bolsa Verde, bem como propor a estratégia robusta para o desenvolvimento dessas opções econômicas, levando-se em conta a realidade das comunidades bem como o interesse na promoção da conservação ambiental.			
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no exercício</b>	<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até o Final do Exercício</b>
23/07/2018	30/11/2018	R\$ 24.953,66	R\$ 24.953,66	R\$ 24.953,66	R\$ 24.953,66
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data Prevista de Entrega</b>	<b>Valor</b>	
Produto 1	Diagnóstico das opções econômicas baseadas no uso sustentável dos recursos naturais, incluindo, entre outras, a produção agroextrativista e seus produtos, consórcios agroflorestais em áreas de interesse do Bolsa Verde.		13/08/2019	R\$ 7.486,10 (30%)	
Produto 2	Proposta de estratégia para o desenvolvimento das modalidades econômicas baseadas no uso sustentável dos recursos naturais, incluindo o agroextrativismo, o consorciamento agroflorestal, a pesca artesanal, o manejo de animais (pirarucu, caranguejo etc.), o turismo, a piscicultura nas áreas de interesse do Bolsa Verde.		03/09/2018	R\$ 17.467,56 (70%)	
<b>Consultor Contratado</b>					
<b>Nome do consultor</b>	GERALDO MOSIMANN DA SILVA	<b>CPF:</b>	428.532.739-20		
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do Contrato:</b>					
A consultoria foi contratada no âmbito do Resultado 3 (produto 3.3) do Programa. O programa Bolsa Verde tem como público-alvo a população que vive nas áreas mais preservadas dos principais biomas brasileiros, delas tirando sua subsistência, provendo-a de recursos financeiros e de capacitação para que sejam agentes de preservação destes biomas. O Programa é coordenado e executado pelo MMA, a partir de uma estrutura de distribuição de competências junto a órgãos e instituições nos níveis federal, regional e local. Isso inclui órgãos gestores locais das áreas atendidas pelo Programa, como o Instituto					

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Os dois ciclos de monitoramento socioeconômico do Programa demonstram que ele teve impacto positivo na renda das famílias beneficiárias, contribuindo para que muitas saíssem da linha de pobreza. O monitoramento ambiental também demonstra que nas áreas abrangidas pelo PBV, o desmatamento é menor. Todavia, a despeito desses resultados, é importante ampliar as evidências que demonstram o efeito do PBV tanto para a conservação ambiental quanto para o engajamento comunitário nas áreas da sua atuação. O monitoramento ambiental vinha sendo realizado anualmente e se restringe à análise da cobertura vegetal das áreas incluídas no Programa. A condicionalidade ambiental imposta ao beneficiário é o cumprimento do instrumento de gestão das mesmas.

Os desafios para que o Programa alcance, de fato, objetivos ambientais e o arranjo atual do Programa Bolsa Verde o aproxima de instrumento de transferência de renda, embora na sua concepção, com a inclusão de condicionantes ambientais, já se imaginava aproximá-lo de arranjo de pagamento por serviços ambientais. Há grande oportunidade de aprimorar o instrumento, de forma que ele alcance melhores objetivos ambientais, sociais e econômicos.

A consultoria, no âmbito do Projeto BRA/11/021, tem o propósito de preencher a lacuna de informações sobre as opções econômicas sustentáveis, incluindo o agroextrativismo, o consorciamento agroflorestal e a pesca artesanal, entre outros, nas áreas do programa Bolsa Verde e propor as possíveis estratégias para o desenvolvimento das opções econômicas, levando-se em conta a realidade das comunidades, bem como o interesse na promoção da conservação ambiental. Trata-se de uma contratação proposta pelos gestores, a partir da Segunda Revisão Substantiva 2018-2019.

Segundo constatações descritas em notas técnicas de análise e aprovação dos produtos, acerca do produto 1, o consultor inicia o relatório apontando para o desafio relacionado à promoção da conservação dos recursos naturais em áreas protegidas e projetos de assentamentos, e a garantia da melhoria da qualidade de vida de povos e comunidades tradicionais por meio da geração de renda decorrente do uso sustentável de produtos da sociobiodiversidade.

Ainda que considerando os dados levantados sobre projetos de assentamento, o consultor concentrou a sua análise nas Unidades de Conservação incluídas na amostragem dos locais com beneficiários do programa Bolsa Verde, na escala de abrangência de toda a Amazônia Legal. Embora essa situação tenha propiciado um recorte bem delimitado, a questão maior está associada com o equacionamento da abordagem das unidades territoriais (as UCs) em relação ao seu contexto sociopolítico, à dinâmica social de sua ocupação interna (em comunidades), às respectivas combinações de atividades agroextrativistas geradoras de renda para as famílias de habitantes, bem como as respectivas organizações.

No produto 2, o consultor considera então pontos como de análise primordial para entender o programa Bolsa Verde e considera os subsídios para a proposição de um desenho institucional para avaliação do Bolsa Verde. O primeiro deles é o contexto histórico no qual o Programa foi estabelecido. O consultor aponta que a concepção do Bolsa Verde se deu em um momento da história do país em que havia uma forte orientação para que as políticas sociais voltadas a dar segurança à parcela mais vulnerável da população, o que envolveu grupos de povos e comunidades tradicionais de áreas rurais e, mais especificamente, residentes de unidades de conservação e projetos de assentamentos. O Programa, então, estabeleceu um diálogo mais estreito com políticas de erradicação da pobreza, apesar do viés de compensação dos serviços ambientais.

## **7.2. Equipamentos/bens adquiridos pelo projeto no período coberto pelo relatório – anexar a este relatório lista de inventário atualizada**

Não foram adquiridos equipamentos no período analisado.

## **7.3. Subcontratos firmados**

No período avaliado (outubro de 2017 a junho de 2019), não foram firmados subcontratos.

## **7.4. Treinamentos realizados (Custeados pelo Programa por meio de Licitação)**

O Resultado 4, Produto 4.1, contribuiu para o treinamento da equipe executora do BRA/11/021 quanto à melhor gestão e acompanhamento do projeto, especialmente quanto às regras e diretrizes estabelecidas pelos organismos de cooperação internacional e a ABC. Muito embora o PRODOC traga informações bem específicas sobre o monitoramento e avaliação do projeto, com a indicação de ambientes virtuais que podem facilitar o processo de prestação e envio de informações, a equipe do Projeto BRA/11/021 encontra dificuldade, atualmente, em acessar tais ambientes e informações no ATLAS.

Como já mencionado anteriormente, alguns desses elementos de monitoramento previstos não foram identificados nos Sistemas do PNUD, no ambiente de acesso do tanto do Coordenador do Projeto como do Operador do Sistema. Foi solicitado ao PNUD, um treinamento com a equipe de gestão do projeto para sobre as questões gerenciais – planejamento, orçamento, monitoramento, relatórios. Já houve um momento de capacitação da equipe do projeto, em 2016, no âmbito dos Procedimentos do PNUD. Este foi restrito aos funcionários que já estavam cadastrados no Atlas, com vistas à operacionalização da nova versão da ferramenta. Há que se destacar a dificuldade de parte da equipe do projeto em acessar a nova versão da ferramenta. Além de capacitações específicas para a gestão do projeto, é recomendada uma capacitação sobre projetos sociais – elaboração e gestão – de forma geral. Nota-se a falta de compreensão quanto à lógica dos projetos, a relação entre os resultados, os resultados e objetivo. Além desse tema, é útil a equipe de gestão do projeto conhecer e compreender quais os critérios adotados pelos organismos de cooperação internacional e a ABC para apoio a um projeto. Qual o vínculo entre diferentes projetos considerado por elas. Trata-se de uma questão contínua que vai além de um objeto de consultoria contratada, questão de gestão de projeto.

## 7.5. Publicações editadas (Título, Referências Bibliográficas) custeados pelo Programa.

Não foram editadas publicações no período analisado.

## 8. Execução Financeira 2017/2018/2019 – Período referente do relatório de 2017 a 2019.

### Execução financeira – Exercício 2019 (janeiro a junho)

Fonte: ATLAS/PNUD.

## 9. Execução orçamentária – Período de vigência do projeto – 2012-2019

- Orçamento total do projeto, conforme PRODOC 2012: U\$ 2.142.903,00.
- Primeira Revisão Substantiva 2015-2017: Aumentar orçamento do Projeto em U\$ 459.105,87. O novo orçamento total do projeto U\$ 2.602.009,10.
- Segunda Revisão Substantiva 2018-2019: Reduzir o orçamento do Projeto em U\$ 750.026,04; passando de U\$ 2.602.009,10 para U\$ 1.851.983,06.
- Tempo total de vigência do projeto: 2012 a junho de 2019.
- Diferença entre orçamento total e valor total internalizado: 51.087,14.

Exercício	Orçado (USD) – Executado	Internalizado MMA
2012	U\$ 63.284,86	758.379,77
2013	U\$ 364.715,28	206.374,20
2014	U\$ 85.317,42	639.931,74
2015	U\$ 99.471,71	0,00
2016	U\$ 36.602, 57	0,00
2017	U\$ 602.591,22	73.291,93
2018	U\$ 285.316,80	122.918,28
2019	U\$ 263.596,06	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>U\$ 1.537.299,86 (2012-2018)</b>	<b>1.800.895,92</b>

Fonte: Revisão Semifinal Projeto BRA/11/021

## 10. PRÓXIMOS PASSOS E CONCLUSÕES

**Citar brevemente os principais pontos do plano de trabalho para o próximo ano, propondo inclusive possíveis elementos para melhorar a cooperação ou pontos que demandem maior atenção por parte do PNUD, da ABC e de outros parceiros envolvidos:**

O Projeto BRA/011/021 encerrou sua vigência até 30/06/2019, conforme a Segunda Revisão Substantiva 2018-2019, ocorrida em junho de 2018. Diante do cenário apresentado nesse relatório de progresso, o que podemos destacar é a inserção do resultado 5, na Segunda Revisão Substantiva 2018-2019, não tendo sido possível as contratações previstas, apesar de editais publicados, devido ao exíguo prazo para realização dos processos de seleção. Ainda no âmbito do Resultado 5, a previsão de proporcionar a participação de lideranças em espaços de governança e monitoramento de políticas públicas que tenham interface com o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais fez com que os gestores do projeto, à época, apoiassem no final de 2018, o Encontro da Juventude Extrativista, o Seminário de Extrativismo Costeiro e Marinho e, ainda, em dezembro de 2018, o Encontro de Extrativistas de Xapuri/AC, onde a execução desse resultado foi expressivo pela realização de processos de viagens.

Em 2019, devido à alteração na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, conforme Decreto nº 9.672, de 2 de janeiro de 2019, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (MMA/SEDR), responsável pela execução das ações decorrentes do PRODOC, foi extinta e, como consequência, o projeto suspendeu sua execução, em razão da não inserção do objetivo do projeto na atual política ambiental do Ministério e, principalmente, pela restrição orçamentária que impactou severamente a gestão pública.



